Quando a Política entra no Cotidiano: a atuação do DOPS em um caso no interior de São Paulo

Filipe Botelho Soares Dutra Fernandes
Universidade Federal do Rio Grande

Marcia Naomi Kuniochi Universidade Federal do Rio Grande

1 Apresentação

O tema ditadura militar tem sido explorado em estudos das mais variadas áreas das ciências humanas; entretanto, a maioria desses estudos abordam ações ocorridas nos grandes centros urbanos do país (Skidmore, 2010; Gaspari, 2002; Moraes, 2011; Ferreira e Gomes, 2014). Assim, com o presente artigo, ao contar a história do assassinato de Altair e Maria Paula, ocorrido na cidade de Palmeira d'Oeste, no interior do Estado de São Paulo, busca-se tentar entender acontecimentos ocorridos longe das grandes cidades, uma vez que o regime militar também atuou em zonas rurais isoladas, como é o caso da ação ocorrida no pequeno município rural, aos 19 dias do mês de agosto de 1971.

Para Beatriz Helena Vicentini (2014), os avanços da comissão da verdade e atos como a devolução simbólica do mandato de Jango, em 2013, são oportunidades para se analisar e rever os tempos da ditadura militar, além de se verificar como o golpe de 1964 afetou cidades do interior:

Em geral, na maioria delas, aconteceram algumas poucas prisões, outros pequenos inconvenientes, algumas reações isoladas. No entanto, proporcionalmente ao universo em que se incluíam as poucas prisões e reações isoladas, elas foram tão ou mais significativas do que as grandes manifestações e atos de desrespeito aos direitos fundamentais do cidadão nas grandes cidades, já estudadas em detalhes e reconhecidas (Vicentini, 2014, p. 11).

O panorama de Palmeira d'Oeste, à época dos fatos, faz do município um lugar em que se vivia, como propõe Philippe Ariès (2013), nos moldes do Antigo Regime, numa localidade que não sabia, ou fingia não saber, sobre o que se passava nas grandes cidades e, em razão disso, não se posicionava sobre os fatos que ocorriam longe da calmaria de seu território. Ariès está interessado em discutir a "politização da vida privada", que caracteriza a sociedade moderna. As mudanças viriam, principalmente, a partir das guerras mundiais, fazendo surgir um novo gênero literário, como "indício de nosso engajamento na História" – o testemunho. Antes de tudo, o autor o diferencia de outro gênero literário, o memorialista, que considera serem textos baseados em observações diretas, seja da vida privada ou pública, "mas nunca sobre a relação entre a vida privada e a vida pública" (Ariès, 2013, p. 94).

DOI: HTTP://DX.DOI.ORG/10.15210/RSULACP.V5I1.16114.G10347

Segundo Ariès, o testemunho apresenta um caso exemplar, num momento da História, em que o essencial é a "inserção na grande História" (Ariès, 2013, p. 94-95) Nesse sentido, não deve mais haver distinção entre vida privada e vida pública — "a politização da vida privada é integral". Nessa condição, o valor do testemunho garante sua autenticidade. Quando entra para a História, o homem sai "definitivamente do mundo fechado da família e do trabalho"; o homem passa a "agir sobre a História. Seus destinos se confundiram com o impulso que imprimiram ao mundo" (Ariès, 2013, p. 100-103).

Desse modo, para analisar os acontecimentos de 1971, em Palmeira d'Oeste, o método utilizado tem como referência o conceito de testemunho de Ariès, de modo a inserir a morte de Altair e Maria Paula na grande História. A morte de ambos compõe um capítulo à parte da resistência armada ao golpe militar.

2 A politização do cotidiano

Em uma obra não muito conhecida de Philippe Ariès, ele reflete sobre o tempo na história, em período ainda próximo à II Guerra, quando mudanças radicais conviviam com "sobrevivências ainda presentes na sua sociedade" (Ariès, 2013, p. 21).

Ariès usa como referência dos tempos modernos uma sociedade que trata a vida privada de forma indistinta de uma vida pública. O texto foi escrito em 1948, quando a "politização dos costumes privados" ainda era recente na França, originada pelo caso Dreyfus, e por isso era ainda, "muito superficial e limitada a meios bastante restritos". Porém, depois de 1940, "todos tiveram de escolher", ou pelo menos fingir escolher. Após a libertação da França, o clima de acusações, denúncias e execuções resultou em uma "quantidade de paixão política totalmente nova na História", quando a política introduziu inclusive conflitos no interior da família. (Ariès, 2013, p. 91).

Para Philippe Ariès, na sociedade moderna, "não há uma vida privada distinta de uma vida pública, uma moral privada indiferente aos casos de consciência da moral pública" (Ariès, 2013, p. 89), sendo tal situação definida pelo autor como uma "politização da vida privada". Esta politização, que por muito tempo esteve alheia às pressões do coletivo, é o que fez o homem, em especial após a Primeira Grande Guerra, ser obrigado a escolher sempre um lado em questões que permeiam seu meio social, de modo que "ninguém está indiferente, até à prisão ou à execução, inclusive" (Ariès, 2013, p. 91).

Segundo o autor, nas altas épocas arcaicas da antiguidade, a família esteve relegada ao segundo plano:

Mas, a partir do tempo em que a família se tornou a célula elementar e essencial, a vida privada constituiu-se à margem da História. Daí em diante, a grande massa permaneceu estranha aos mitos coletivos: os mais numerosos porque eram iletrados, sem maturidade política, como quase todo o mundo operário antes da constituição de um sindicalismo organizado no fim do século XIX; outros, porque tinham uma história particular que os protegia: a de sua família, de seu grupo de relações, de sua classe (Ariès, 2013, p. 90).

Deste modo, tendo a família como a principal estrutura das relações humanas, o ser humano se manteve alheio aos problemas que permeavam o mundo fora de sua casa, seja por sua inaptidão para a política, seja por seu desinteresse por ela, quando não dizia respeito a si e aos seus. Esta situação, entretanto, mudou, e, a partir de 1940, os horrores da guerra fizeram com que o ser humano tivesse que se politizar, passando todos a ter que escolher um lado, ou pelo menos fingir que o tinham escolhido, em razão da pressão das opiniões (Ariès, 2013, p. 91).

Essa politização se tornou tão intrínseca do ser humano que, nos dias de hoje, tomar partido frente às situações que permeiam a sociedade, e se definir política e ideologicamente se tornou algo tão natural quanto as mais simples características, de modo que "hoje se é fascista, socialista ou democrata-cristão como se é loiro ou moreno, gordo ou magro, calmo ou violento, alegre ou triste. O caráter político entrou em nossa estrutura" (Ariès, 2013, p. 92).

Nesse sentido, pensar no regime militar é refletir também em como os contemporâneos encaravam os atos praticados, seja pelos que estavam no poder, seja pelos que lutavam contra o sistema; saber se houve posicionamento, mesmo que por pressão ou cobrança, ou se a indiferença era um modo mais seguro de sobreviver. É nas grandes cidades que se vê mais presente este posicionamento dos cidadãos com aqueles que apoiavam o sistema, e com os movimentos de esquerda atuando contra a repressão; como assinala Gabeira (1979), a esquerda era naquela época, quase que exclusivamente urbana.

Sobre a atuação da esquerda, Maciel diz que:

Queríamos mudar o mundo, era a nossa questão básica; mais: tínhamos a certeza de que isso ia acontecer — para melhor, bem entendido. Não nos passava pela cabeça que o ser humano pudesse passar seu tempo de vida sobre a Terra alheio aos problemas sociais e políticos; esta era, para nós, a pior das alienações. Foi assim que, nos 60, produziu-se uma arte política, uma cultura voltada para a questão social. Muitos da geração comprometeram suas vidas com a política e seu modo específico de encarar a realidade; alguns, por causa disso, foram presos, exilados, torturados ou simplesmente assassinados (Maciel, 1987, p. 8).

Entretanto, ao passo que a esquerda se articulava contrária ao sistema, houveram também aqueles que colaboraram com ele. É importante ressaltar que no pós-golpe de 1964, instituiu-se no país um clima de medo generalizado e permanente (Ferrari, Pereira e Fernandes, 2009). Este clima de medo fez com que muitos dos que colaboraram com o sistema nem sempre fossem favoráveis a ele, mas o medo e a desconfiança os faziam informantes deste sistema; como já colocado por Ariès, na modernidade, todos escolhem um lado, ou pelo menos fingem que o escolhem em razão das pressões impostas (Ariès, 2013, p. 91).

De posicionamentos como os acima mencionados, surge o que Ariès chama de a "invasão definitiva da História" e provoca um novo gênero literário: o testemunho. É a partir deste testemunho que se dá o engajamento do homem na História, assim fazendo com que ele se posicione sobre os acontecimentos que o permeiam. Como coloca o autor, "os testemunhos não são memórias. Podemos dizer que as memórias são os testemunhos de tempos sem relação direta ou imperiosa da pessoa privada com a História" (Ariès, 2013, p. 93). Ariès coloca ainda que:

Assim, as memórias são observações diretas, sobre a vida privada ou sobre a vida pública, mas nunca sobre a relação entre a vida privada e a vida pública. O homem de antigamente, digamos, mais precisamente, o homem do Antigo Regime ou do século XIX, tinha uma vida pública e uma vida privada independentes. O homem de hoje, não (Ariès, 2013, p. 94).

Outra razão, colocada por Ariès para que o homem de antigamente não se posicionasse politicamente, era sua falta de interesse pelo que se passava fora de seu lar. Quando se pensa nas características da Palmeira d'Oeste da década de 1970, não há como não estabelecer uma analogia com este homem de antigamente; podia ser que boa parte da população não se interessasse pelo que se passava fora de seu lar, agravado ainda pela dificuldade de se ter informação do que se passava nos grandes centros, pois a censura impedia a divulgação de muitas ações. Segundo Figueiredo Filho:

Este era exatamente o objetivo do governo ditatorial do período: manter uma aparência de normalidade jurídico-política. E, com o uso da censura e de eficientes recursos de marketing através da mídia, o regime procurava ocultar, ou pelo menos, disfarçar para o grande público as suas mazelas (Figueiredo Filho, 2016, p. 215).

Além disso, nessa época, o acesso à região era difícil e as estradas eram ruins. A estas características soma-se o controle das informações, de modo que as notícias que chegavam ao município geralmente eram as que estavam a favor do regime militar.

O que se vê então na década de 1970, em Palmeira d'Oeste, é que a politização do cotidiano, como analisa Ariès, não é algo que fazia parte da rotina da população quando pensamos nesta em relação aos acontecimentos do país à época. Como os acontecimentos das grandes cidades não chegavam até a região, a população não precisava se posicionar sobre eles, de modo a estar à margem do que acontecia no país.

Entretanto, ainda que afastada dos acontecimentos políticos da época, Palmeira d'Oeste dá indícios de que também vivenciava o medo e a desconfiança que se passava nas grandes cidades. Como relata Vicentini, este medo também chegou às cidades pequenas:

Se nas grandes cidades tratava-se de algo evidente, mostrado pela presença militar mais ostensiva e pela política cerceada, mas que ainda se tentava vivenciar, era nas pequenas e médias cidades que o ambiente se fazia ainda mais sufocante. Porque, onde todos se conheciam, o vizinho vigiava, o verdureiro ouvia o que nem sempre era fácil interpretar, os amigos questionavam atitudes menores, os vereadores faziam de conta que na cidade só havia o corriqueiro para debater, conhecidos se afastavam pelo medo, moralidade e ideologia eram confundidas e utilizadas como justificativa punitiva, atitudes de apoio eram cobradas quase que com olhares no cotidiano do trabalho de cada um (Vicentini, 2014, p. 11-12).

Deste modo, tudo indica que Palmeira d'Oeste era composta por uma população que se assemelhava ao "homem de antigamente", tanto por estar localizada na região Noroeste do

Estado de São Paulo, a poucos quilômetros da divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul, como por ser composta por uma população majoritariamente rural, sendo quase em sua metade analfabetos, e sem conhecimento de muitos acontecimentos que naquele momento passava o país.

Assim, vivendo longe dos acontecimentos da época, a situação era confortável para a população, pois "o homem que ainda vive no interior de sua história particular, mesmo quando é sensível às pulsações da grande História, experimenta um sentimento de segurança e paz" (Ariès, 2013, p. 97).

Vê-se então que, quando foi obtido o relato do assassinato de um casal, vindo da cidade de São Paulo, isso poderia ser considerado apenas um acontecimento fatídico, que abalara a paz e a calmaria de uma pequena cidade. Porém, na medida em que foi feita a ligação deste acontecimento com notícias coletadas em dois jornais de abrangência nacional, Folha de São Paulo e Jornal do Brasil, e uma publicação da resistência ao golpe militar, Luta Democrática, os relatos noticiados serviram de testemunho para colocar o município na grande História do Brasil, pois a morte de Altair e Maria Paula, em 19 de agosto de 1971, enquadrou Palmeira d'Oeste nos acontecimentos políticos do país.

Entretanto, antes de analisar as mortes em questão, é necessário voltar-se para ações ocorridas na semana anterior na capital, São Paulo, pois são acontecimentos que localizam melhor a inserção da pequena Palmeira d'Oeste no efervescer político que vivia o país no momento.

3 Os antecedentes

Para entender por que Altair e Maria Paula foram mortos, é importante explicar como o casal chegou a Palmeira d'Oeste, fugindo de ações ocorridas em São Paulo dias antes.

Altair Gonçalves Nunes, de alcunha Bardal, era um jovem gaúcho que foi morto aos 23 anos, no dia 19 do mês de agosto de 1971 na zona rural de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo. Filho de Julio P. Nunes e Izaura C. Nunes, o jovem seria natural ou da cidade de Osório ou da cidade de Palmares do Sul¹. Sua luta contra o regime militar dá mostras de práticas bastante radicais, ligadas a um grupo que realizava ações de expropriação em bancos e estabelecimentos comerciais na capital São Paulo, tática utilizada para se combater a repressão e uma boa forma de arrecadar recursos para a causa (Misse, 2011).

Altair, acompanhado de Sebastião Rodrigues, Odair Antonio Trindade e Jorge Ivo de Oliveira, havia assaltado (Jornal do Brasil, 1971a, p. 26), no dia 05 de agosto de 1971, o Supermercado Morita, localizado na Rua Tabapuã, no Itaim, e no dia 07 de agosto, o Supermercado Peg-Pag, na Avenida Santo Amaro. O dinheiro dos dois assaltos seria usado para libertar dois presos que haviam sido condenados por assaltos ao Banco das Nações e Banco Itaú-América, um ano antes (Jornal do Brasil, 1971b, p. 35). Todos faziam parte de um mesmo grupo, que estaria agindo, na clandestinidade, para resistir ao regime militar. Entretanto, no estágio atual desta pesquisa, só se conseguiu identificar filiação partidária de um dos integrantes do grupo: Odair Antonio Trindade, que fazia parte do Partido Operário Comunista.

-

¹ Segundo seu atestado de óbito, Altair era natural de Osório, mas o auto de arrecadação do inquérito policial de sua morte menciona uma certidão de nascimento em seu nome emitida pelo Cartório de Registro Civil de Palmares do Sul.

A ação para libertar os dois companheiros, que estavam, presos começaria com a interceptação da escolta que deveria fazer a apresentação dos presos no Foro de Osasco. Antes disso, com parte do dinheiro dos assaltos aos supermercados, Odair havia comprado uma caminhonete Chevrolet C-14 e o grupo havia roubado outro veículo, um Aero Willys; ambos os veículos seriam usados no plano de resgate dos companheiros. O plano, entretanto, fracassou, pois, por falta de escolta, os presos não foram apresentados e, pelo que consta nos registros, permaneceram presos, pelo menos, até o ano de 1979.

Dias depois daquele plano frustrado, na terça-feira do dia 10 de agosto de 1971, um acontecimento viria a obrigar a saída de Altair da cidade de São Paulo. No bairro de Vila Mariana, no Largo Ana Rosa, esquina com a Rua Professor Aristides de Macedo, vizinhos desconfiados do veículo Aero Willys parado no mesmo local, desde as primeiras horas do dia, informaram à polícia de que o automóvel ali se encontrava estacionado. Ao verificar que se tratava de um veículo roubado, os policiais do DOPS, montaram um esquema de investigação. Segundo o Jornal do Brasil (1971c, p. 18) e o jornal Luta Democrática (Luta Democrática, 1971, p. 4), o esquema de investigação foi chefiado pelo próprio chefe do DOPS à época, o delegado Sérgio Paranhos Fleury.

Após um dia inteiro de vigília da polícia, por volta das dezoito horas e trinta minutos, dois homens se aproximaram do veículo; os homens eram Sebastião e Odair. Ao perceberem a movimentação perto do Aero Willys, os policiais, Perrone e Belini, se aproximaram e deram voz de prisão aos dois. Os policiais, entretanto, foram pegos de surpresa, pois a caminhonete Chevrolet C-14, que era dirigida por Altair, se aproximou e partiu em alta velocidade em direção a eles, vindo a atropelar os policiais. Altair estava na caminhonete quando viu a abordagem policial aos dois companheiros e jogou o carro em direção à polícia como forma de protege-los. Segundo os jornais, Altair e Jorge Ivo estavam escondidos com a caminhonete para cobrir a retaguarda de Sebastião e Odair.

Com o ocorrido, outros dois policiais, que vigiavam o Aero Willys, abriram fogo. Mesmo assim, Altair conseguiu fugir na caminhonete em alta velocidade, mas Sebastião fora atingido, vindo a falecer no local. Com a situação dominada pela polícia, Odair foi preso e, em interrogatório, denunciou a existência de um esconderijo, localizado na Rua Bueno de Andrade.

Após a delação de Odair, por volta das vinte e duas horas e quinze minutos, os agentes do DOPS se dirigiram para o local do esconderijo do grupo. Lá chegando, localizaram a caminhonete, usada por Altair, e houve uma nova troca de tiros entre os integrantes do grupo e a polícia. Na ocasião, Jorge Ivo foi preso e Altair, mais uma vez, conseguiu fugir, mas não saindo ileso desta vez, pois fora atingido na perna direita.

Tendo escapado por duas vezes dos policiais do DOPS, Altair Gonçalves Nunes fugiria, então, da capital para o interior de São Paulo, vindo a se esconder na pacata cidade de Palmeira d'Oeste e levando consigo Maria Paula e a suposta namorada, Maria Luiza.

4 O tiroteio no Córrego do Sucuri

No dia 15 de agosto de 1971, ocorreu a chegada de um trio inesperado na zona rural de Palmeira d'Oeste, mais exatamente em uma pequena propriedade na zona rural, na qual morava a família Gomes. O fato de ser uma região predominantemente rural e distante 600 km de São Paulo, talvez tenha sido o que motivou Altair Gonçalves Nunes, junto com duas moças, Maria Paula

e Maria Luiza, a fugir para o município. Estas características, somadas ao controle dos meios de informação no país, lhes garantiriam certa segurança, algo que, no fim, acabou por não acontecer.

João Gomes, primo de Maria Luiza, em depoimento prestado à Delegacia de Polícia de Palmeira d'Oeste na data de 19 de agosto de 1971, contou que, por volta da uma hora da tarde do dia 15, chegou em sua casa sua prima, acompanhada de um casal que se apresentou como sendo Jarbas e Paula. Segundo a fonte, o trio procurava um local para descansar por alguns dias. Tudo indica que Palmeira d'Oeste era um local provisório, pois os hóspedes disseram que iriam embora ao final naquela semana. Maria Luiza, entretanto, só ficou na casa por dois dias, de modo que na terça-feira, dia 17, viajou de volta para São Paulo, deixando os amigos como hóspedes na casa do primo.

Foi a partir deste momento que a propensa segurança que o interior de São Paulo proporcionaria ao trio se dissipou, pois Maria Luiza não chegaria a São Paulo, uma vez que a jovem fora reconhecida e presa pela polícia, assim revelando onde se encontravam Altair e Maria Paula. Todavia, não se tem notícia do que aconteceu a Maria Luiz após sua prisão.

Após a saída de Maria Luiza da casa, Jarbas contou aos demais que era enamorado da irmã de Mariz Luiza, com quem pretendia se casar, e que Paula era uma amiga. Nos dias seguintes, o casal pouco falava com os demais ocupantes da casa, limitando-se a conversar entre si, passeando pelos arredores da casa e pelo pomar.

Ao notar que Jarbas (nome adotado por Altair) mancava da perna direita, e que este possuía medicamentos em sua posse, João Gomes o inquiriu a respeito do que havia acontecido e Jarbas lhe disse que havia se machucado em uma partida de futebol; que havia tomado um calço e, ao cair, havia encravado a perna em um arame de aço. A infecção causada pelo ferimento piorara e ao saber que João Gomes iria à cidade, Jarbas solicitou que lhe fosse trazido da farmácia uma injeção antitetânica e seis comprimidos de Tetrex. O medicamento havia sido recomendado a Jarbas por uma pessoa em São Paulo, para que evitasse futuras infecções. João Gomes, que sabia como aplicar injeções, acabou aplicando o medicamento em seu hóspede; entretanto, este nunca pediu auxílio para fazer seus curativos.

Como relatado em depoimento pelos moradores da casa, os hóspedes pouco falavam com as demais pessoas da casa, passando o tempo todo juntos. Como faziam diariamente, os dois passeavam pelo pomar enquanto os proprietários da casa seguiam sua rotina diária.

Por sua vez, a rotina diária dos moradores da zona rural seguia um padrão há muito praticado: os homens trabalham no campo enquanto as mulheres cuidam da casa; com a família Gomes não era diferente. Na manhã do dia 19, João Gomes saiu para a roça levando a comida para seus quatro filhos que lá estavam trabalhando. Enquanto os homens garantiam o sustento da família, as mulheres cuidavam para que o lar permanecesse arrumado.

Porém, esta rotina seria bruscamente interrompida. Por volta das onze horas, a senhora Aparecida Gomes encontrava-se na cozinha e a filha do casal, também chamada Aparecida Gomes, na sala, procedendo com a limpeza dos móveis. É neste momento que a polícia chega ao local e, dividindo-se em dois grupos, cerca a residência.

A polícia viu Altair e Maria Paula sentados debaixo de uma mangueira e a senhora Aparecida Gomes contou, em depoimento, que ouviu os dois dizerem que a polícia estava ali. Foi neste momento que Altair correu para dentro da casa, em direção ao quarto em que dormia com os demais rapazes, passando pela jovem Aparecida Gomes, que se encontrava abaixada

limpando os móveis. No momento em que Altair chegou ao quarto, mãe e filha ouviram um disparo de arma de fogo e logo em seguida vários outros disparos foram efetuados. Assustadas, as moradoras da casa esconderam-se na dispensa, enquanto ouviam a polícia perguntar onde estava Altair. É importante ressaltar que, segundo os depoimentos prestados à Delegacia de Polícia de Palmeira d'Oeste, mãe e filha nada viram, apenas ouviram.

O soldado Enor Lopes Ramos, que participou da ação, contou, também em depoimento, ouviu os disparos todos, mas que do ângulo em que se encontrava escondido, não conseguiu ver o momento em que Altair foi alvejado, e apenas conseguiu ver uma correria de policiais que "estavam todos armados e naturalmente estavam procurando defender-se, a fim de evitar que disparos os atingisse". O soldado Enor, que portava um revólver calibre 38, não chegou a disparar nada durante a ação e ficou o tempo todo atrás do pé de fruta em que se encontrava. Enor contou que, embora não tivesse sido testemunha ocular do tiroteio, lhe disseram que Altair correu para dentro da casa e atirou em Maria Paula, posteriormente indo para a frente da casa e disparando contra os policiais que tinham o intuito de prendê-lo, vindo a ser atingido pelos policiais que revidaram os tiros, o que resultou na morte de Altair.

Cessado o tiroteio, Enor correu em direção à moça que, ferida, ainda estava com vida. Enor e seu superior, o sargento Walter Fuza, tentaram socorrer a moça e a transportaram para o Hospital São Francisco. A moça chegou ao hospital com vida, mas veio a falecer enquanto ainda recebia os socorros médicos.

O exame necroscópico de Maria Paula dá como sua causa mortis, traumatismo cranioencefálico, em decorrência de tiro que atingiu o crânio e gerou uma hemorragia interna na região. Ainda há de se levar em conta, o tempo do trajeto entre o sítio, localizado no Córrego do Sucuri, e o Hospital São Francisco, que nos dias de hoje é feito em cerca de vinte minutos, mas naquela época, com a precariedade das estradas de terra do município, deveria ter sido maior. Deste modo, as chances de sobrevivência da moça eram poucas.

O Sr. João Gomes, proprietário da casa onde ocorreu o tiroteio conta, em depoimento, que chegou ao local por volta das onze horas, encontrando sua casa cheia de policiais e sua esposa e filha assustadas com o decorrido. A Sr.ª Aparecida Gomes relata que chegou a ouvir quando os policiais disseram que era necessário limpar o sangue do chão para que ela e sua filha não ficassem impressionadas. Como se terem estados tão próximas a um tiroteio, que as poderia ter atingido, já não fosse suficiente para assustar e impressionar mãe e filha.

Decorrida toda a ação, os policiais retornaram para a Delegacia de Polícia de Palmeira d'Oeste e para lá conduziram o corpo de Altair, que posteriormente foi levado para o necrotério do Hospital São Francisco, onde já se encontrava o corpo de Maria Paula, para que lá fosse feito o exame necroscópico. Nesse exame foi apontado que Altair fora atingido por treze projéteis, tendo como sua causa mortis, hemorragia interna e traumatismo cranioencefálico.

A morte de Altair e Maria Paula agitou o cotidiano da pacata cidade, trazendo um pouco do caos e da agitação política que permeavam os grandes centros na resistência à ditadura militar. Os jornais, que noticiaram o tiroteio do Largo Ana Rosa e o tiroteio no Córrego do Sucuri, qualificam Altair como assaltante, ladrão de bancos, terrorista e membro de uma quadrilha. Dessa maneira, o que se vê é o choque de dois mundos: de um lado, o mundo do cotidiano calmo da zona rural do interior; e de outro, a ebulição político-social que fervilhava nas grandes cidades.

5 O POC e a luta armada

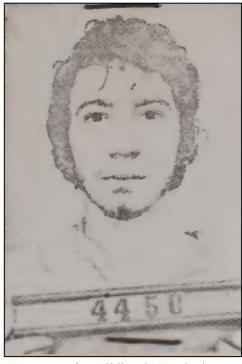
Uma das frentes de combate contra a ditadura militar, era a do Partido Operário Comunista – POC, do qual Odair Antonio Trindade, parceiro de Altair, que o acompanhou em ações na capital, São Paulo, era membro, conforme consta em sua ficha do DOPS.

Cabe aqui uma reflexão sobre a relação entre os fatos narrados e a ligação com os grupos políticos que combatiam a ditadura, pois somente um dos militantes foi associado a um agrupamento político pelo DOPS. A partir desta identificação, buscou-se informações sobre essa organização e foi localizada a tese defendida por Celso Ramos Figueiredo Filho, onde o autor conta a história do POC.

Dessa maneira, a análise sobre práticas radicais, desenvolvida neste trabalho, tem como base as discussões internas sobre a luta armada e as táticas adotadas pelo POC, que estão presentes da tese de Figueiredo Filho, cuja referência está no foquismo, tática adotada na Revolução Cubana.

Odair Antonio Trindade, que foi preso após o tiroteio no Largo Ana Rosa, na capital São Paulo, integrava o grupo composto também por Altair Gonçalves Nunes, Jorge Ivo de Oliveira e Sebastião Rodrigues. Juntos, os quatro assaltaram, em agosto de 1971, o Supermercado Morita da rua Tabapuã e o Supermercado Peg-Pag da Avenida Santo Amaro. O dinheiro dos assaltos seria utilizado em um plano para

Figura 1 – Fotografia de Odair Antonio Trindade em sua ficha do DOPS



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

libertar outros dois companheiros que, desde o ano anterior, estavam presos por assaltos a bancos.

Ações como essas tinham como base a estratégia foquista para angariar recursos e combater a repressão. Em sua tese sobre o POC, Figueiredo Filho (2016, p. 201) explica as origens do foquismo nas táticas adotadas durante a Revolução Cubana, seguindo os escritos de Debray, que pregara a "supremacia do foco guerrilheiro sobre o partido político", focando na luta armada a principal arma contra o "poder armado".

Como coloca Misse, "a partir de 1968, organizações de esquerda que resistiam à ditadura lançaram-se à luta armada e o assalto a bancos passou a ser uma das formas de arrecadação de recursos para a revolução" (Misse, 2011, p. 18). Uma dessas organizações era o POC, do qual Odair Antonio Trindade, segundo suas fichas do DOPS, era membro.

A curta história do POC se inicia em abril de 1968, com sua fundação a partir da fusão entre uma dissidência do PCB do Rio Grande do Sul — DI-RS com a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária — POLOP. Esse é o tipo de organização que Maurice Duverger (Berstein, 1996, p. 65) chama de partidos de origem externa ao parlamento, que:

Emanando de grupos de pressão, sindicatos, "sociedades de pensamento", igrejas, associações de ex-combatentes etc., eles têm em geral estruturas mais estritas que fazem da base militante representada nos congressos a fonte essencial do poder partidário, demonstram certa indiferença em relação às lutas parlamentares, e mostram-se desconfiados em relação aos eleitos, cuja liberdade de ação tentam limitar e submeter ao controle da direção (Berstein, 1996, p. 65).

Entretanto, há discordâncias se o POC seria, de fato, um partido "efetivamente operário", pois, "apesar da sigla, a nova organização era pouco operária e muito estudantil e intelectual. Retomou posições estritamente obreiristas, sem concretizar o projeto de atuação efetiva entre os trabalhadores" (Gorender, 1987, p. 127). Em São Paulo, a base da militância que resistiu ao golpe militar era sobretudo de estudantes; até mesmo a ALN paulista tinha no movimento estudantil sua principal base de arregimentação, conforme conta Figueiredo Filho (2011, p. 204). Muitos desses estudantes viam na luta armada uma forma de combate à ditadura, situação que se intensificou a partir da prisão das principais lideranças estudantis no congresso da UNE de outubro de 1968, ato que foi visto como mais um argumento para justificar a luta armada (Figueiredo Filho, 2011, p. 193).

Por sua vez, a posição do POC em relação à luta armada já havia sido alvo de muitas discussões entre os militantes. As divergências entre os membros do partido já se faziam presentes no POC desde sua fundação, visto que ele surge da fusão de dissidentes da DI-RS com a POLOP. Para seus militantes, o partido representava uma necessária nova liderança da classe operária, separando os "verdadeiros revolucionários" dos "burocratas acomodados", em alusão ao PCB e ao PTB. Esta liderança tinha por objetivo reunir forças para a derrota da ditadura e construir a revolução socialista (Figueiredo Filho, 2011, p. 41). Assim, o POC seria composto pelas forças verdadeiramente revolucionárias do país, que viam na luta armada uma saída possível para atingir seus objetivos.

Em razão disso, o POC organiza o chamado "Setor Especial", com a finalidade de proteger as "Ações Especiais" e promover expropriações para reforçar o caixa do partido. Segundo Figueiredo Filho:

[...] as ações armadas da esquerda revolucionária, eram, nesse momento, aplaudidas pela Direção Nacional porque, segundo ela, 'despertam, ensinam e mobilizam massas cada vez maiores'. As 'Ações Especiais' tinham, portanto, o objetivo de serem instrumentos de agitação e propaganda, mobilizando as massas para a insurreição (Figueiredo Filho, 2011, p. 217).

Essas ações visavam criar condições subjetivas para a revolução; entretanto, no trecho acima não fica evidente o tipo de ação. Em sua tese, Figueiredo Filho coletou relatos de militantes do POC e, sobre essas ações, Nilton Barbosa (Figueiredo Filho, 2011, p. 220) minimiza o envolvimento do partido, dizendo que:

Quando o POC tentou fazer esse tipo de ação, elas praticamente nem existiram. Criou-se um grupo, que era um grupo bem fechado. Nunca fizeram nenhuma ação, praticamente só assaltaram um português lá, um comerciante.

O posicionamento sobre a adesão do partido à luta aramada gerou embates entre os próprios militantes. Entre o final de 1969 e o início de 1970, ocorreu o processo de fracionamento do partido, com a saída dos integrantes oriundos da POLOP; a maioria da direção do partido o abandona e recria a POLOP sob o nome de Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária — OCML-POLOP. Essas cisões, fragmentações e divergências estiveram presentes em muitos partidos de esquerda e são resultado do que Reis Filho (Figueiredo Filho, 2011, p. 60), chama de desmoralização, desorganização e dispersão que dominavam o movimento popular.

Ficam então no POC os militantes mais novos, muitos provenientes da DI-RS, cuja origem se deu no movimento estudantil gaúcho. Como coloca Figueiredo Filho, "era exatamente neste grupo que prevalecia a ideia de adesão à luta armada" (Figueiredo Filho, 2011, p. 230). Entretanto, fica evidente o despreparo do POC, bem como de outras organizações, para levar adiante a luta armada, ainda mais com o aumento do aparato repressor após o AI-5. A criação da OBAN, em junho de 1969, viria a intensificar ainda mais as formas de repressão; a eficácia da operação em São Paulo, "cidade com maior número de focos guerrilheiros" (Figueiredo Filho, 2011, p. 221), levou à criação dos DOI-CODI, em setembro de 1970.

A partir do aumento da repressão às guerrilhas, houve a iniciativa de criação de uma frente revolucionária, em reunião ocorrida em Campos do Jordão (SP), em setembro de 1969, sob a iniciativa da Resistência Democrática, Movimento Revolucionário Tiradentes e Vanguarda Popular Revolucionária. O POC participou desta reunião como convidado, enviando um membro da direção estadual do partido (Figueiredo Filho, 2011, p. 219).

Sobre esta frente revolucionária, Figueiredo Filho diz que:

De efetivo, em São Paulo, ela foi responsável pela expropriação de uma agência bancária na rua Guaipá, em março de 1970, e pelo assalto à casa do presidente da Associação Portuguesa de Desportes, Manoel Marques Gregório. Na ação da rua Guaipá, o POC agiu em companhia do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e da Resistência Democrática (REDE) (Figueiredo Filho, 2011, p. 219).

Com a formação desta frente, é possível cogitar que as ações de Altair, em companhia de Odair, Sebastião e Jorge Ivo, teriam sido fruto dessa coligação, dado que a maior parte dos integrantes do POC, tinha sido presa em julho de 1971, um mês antes dos acontecimentos aqui tratados.

Viu-se então que, o reforço no aparato da repressão coincide com o início da queda do POC, em agosto de 1970, com a prisão de militantes das células operárias de Osasco. Figueiredo Filho (2011, p. 229) cita três sucessivos e violentos golpes da repressão contra o POC, entre agosto de 1970 e meados de 1971, quando ocorre a última grande prisão de seus integrantes, o que acabou por desmobilizar o partido (Figueiredo Filho, 2011, p. 40).

6 A divergência sobre a luta armada

Como relata Figueiredo Filho em sua tese, muitos dos militantes do POC não sabiam das ações de expropriação que o partido praticava, bem como não concordavam com sua inserção na luta

armada; o autor relata que a adesão do partido à luta armada ocorreu a partir da decisão da direção, sem uma consulta mais ampla às bases (Figueiredo Filho, 2011, p. 222). A fala do militante Nilson Barbosa revela o desconhecimento da base sobre essa decisão da direção: "Nunca fizeram nenhuma ação". Otacílio Cecchini, também em depoimento dado a Figueiredo Filho, refere-se à luta armada como "loucura" do partido, argumentando que "a opção pela luta armada levava ao isolamento político e o confinamento do militante ao mundo fechado da clandestinidade e dos aparelhos" (Figueiredo Filho, 2011, p. 219-20).

Deste modo, o partido vivenciava uma divisão interna, o que demonstrava certo desprepara para a atuação de guerrilha. O POC possuía divisões internas em seu meio desde seu embrião, pois o partido surgiu da junção de fusão de dissidentes da DI-RS com a POLOP. Essas divisões acabaram por gerar um racha que, aliado ao aparato repressor do Estado, contribuiria para o fim do partido em 1971. A ala favorável à luta armada, composta por militantes mais novos, dentre eles, muitos estudantes, e que vinham da DI-RS é quem se manteve no partido até seu fim. Deste modo, vale questionar o despreparo destes militantes, pois a ditadura conhecia bem o funcionamento do partido, uma vez que, como coloca Figueiredo Filho (2011), a OBAN conhecia todo o organograma do partido; tanto que, na queda, em julho de 1971, foram presos mais de setenta integrantes.

Assim, muitos de seus membros já estavam identificados pela polícia; estes são, como chama Figueiredo Filho (2011, p. 113), militantes "queimados". Para estes militantes, o partido tinha um esquema que consistia em remanejá-los para atuar em outros estados, numa tentativa de preservá-los. Embora até o presente momento não se tenha encontrado nenhum documento que comprove a filiação de Altair Gonçalves Nunes ao POC, sabe-se, através de seu atestado de óbito, que ele era natural do Rio Grande do Sul, Estado que enviou militantes para atuar em São Paulo. Deste modo, a ligação com Odair Antonio Trintade, membro do POC, conforme consta em sua ficha do DOPS, leva a crer que Altair também fosse militante do partido ou estivesse integrando a frente revolucionária. A rapidez com que os agentes do DOPS chegaram até Altair no interior de São Paulo também corrobora para esta hipótese, pois como relatou Figueiredo Filho, o aparato repressor conhecia bem o funcionamento do POC.

7 Considerações finais

Tema de estudo de diversas áreas das ciências humanas, a ditadura militar faz parte de um passado do Brasil que não pode ser negado e, muito menos, esquecido (Teles e Safatle, 2010). Muito em voga na atualidade em razão do momento político que vive o país, é um tema que deve ser sempre revisitado, para que, nas palavras de Carlos Gallo, "não se esqueça, para que nunca mais aconteça" (Gallo, 2014).

Com diversas pesquisas e estudos que abordam acontecimentos ocorridos nas grandes cidades do país, um caso excepcional chamou a atenção e motivou a elaboração deste trabalho: o assassinato de Altair Gonçalves Nunes e Maria Paula no interior de São Paulo aos 19 dias do mês de agosto de 1971.

Em meio à calmaria da zona rural de Palmeira d'Oeste, uma ação do DOPS, juntamente com a polícia militar local, movimentou a rotina diária da população do pequeno município, de modo que se questiona o que a chegada de pessoas envolvidas em ações radicais e polêmicas na cidade de São Paulo, representou para uma população majoritariamente rural.

No relato de quem vivenciou o ocorrido, o casal foi qualificado como terrorista. Nesse caso, até mesmo nas pequenas cidades, alguma informação sobre o momento político que vivia o país chegava aos ouvidos da gente simples do interior. Vicentini se refere ao ambiente sufocante onde todos se conheciam, em que "os amigos questionavam atitudes menores" (Vicentini, 2014, p. 12), o que leva muitos a mostrar desconhecimento, que nem sempre era real, sobre a situação que vivenciava o país; ou seja, acabavam se posicionando, mesmo que por medo ou receio.

Isso pode explicar que nem mesmo o confinamento de Altair e Maria Paula em um sítio afastado da cidade, ligado por estradas de difícil acesso, os manteve distantes da vigilância do DOPS. Primeiro caiu Maria Luiza, que, segundo os jornais da época, foi quem entregou a localização dos outros dois, enquanto tentava retornar para São Paulo; seguida à prisão de Maria Luiza, ocorreu a morte de Altair e Maria Paula.

Segundo o que propõe o historiador francês Philippe Ariès, as características de Palmeira d'Oeste e de sua população faziam do município um local em que se vivia nos moldes do Antigo Regime, onde não se cobrava das pessoas um posicionamento sobre os acontecimentos políticosociais.

Entretanto, as mortes de Altair e Maria Paula no território do município, além de terem ocasionado um choque na rotina da pacata cidade, resultaram em um testemunho que, de acordo com Ariès, inseriu a cidade na grande História. A segurança e a paz, características da região à época, foram estremecidas pela turbulência de acontecimentos próprios das grandes cidades.

Em meio à turbulência política que se vive no país nos dias de hoje, recontar a morte de Altair e Maria Paula, em Palmeira d'Oeste, na década de 1970, serve para manter viva a memória de um tempo que não pode ser esquecido; o tempo de um regime que atuou também longe dos grandes centros urbanos e fez de uma pequena cidade palco de um brutal assassinato pelos agentes da ditadura.

Por outro lado, nos dias atuais, posicionar-se politicamente tornou-se algo muito natural; nesse caso, pensar sobre o ocorrido com Altair e Maria Paula pode levar a uma reflexão de que se, por um lado, o homem moderno não vive mais na paz interior de sua história, diferentemente do homem de antigamente, ao mesmo tempo se cobra uma posição para com todos os acontecimentos que o permeiam. A vida pública e a vida privada, que eram independentes, se fundiram.

Referências

ARIÈS, Philippe. O Tempo da História. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: REMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

FERRARI, Julio Cesar; PEREIRA, Rafael Caluz; FERNANDES, Paulo Sérgio. *A Imposição da Ditadura Militar na Sociedade Brasileira*: uma breve analogia do comportamento Estado/Oposição. 2009. Disponível em:

http://www.unisalesiano.edu.br/encontro/2009/trabalho/aceitos.PO21949907802.pdf. Acesso em: 28 abr. 2019.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. 1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FIGUEIREDO FILHO, Celso Ramos. *Partido Operário Comunista (POC)*: história e memória de uma organização marxista-leninista (1968-1971). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. Edição 15.397. 12 ago. 1971.

GABEIRA, Fernando. O que é isso companheiro? Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1979.

GALLO, Carlos Artur. *Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça*: um estudo sobre o trabalho da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

GASPARI, Elio. A Ditadura Escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas. São Paulo: Editora Ática, 1999.

JORNAL DO BRASIL. Edição 118. 24 ago. 1971a.

_____. *Edição 108*. 12 ago. 1971b. . *Edição 107*. 11 ago. 1971c.

LUTA DEMOCRÁTICA. Edição 5426. 25 ago. 1971.

MACIEL, Luiz Carlos. Anos 60. Porto Alegre: L&PM, 1987.

MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 40, p. 13-25, 2011.

MORAES, Dênis de. A Esquerda e o Golpe de 64. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PALMEIRA D'OESTE. Inquérito Policial das mortes de Altair Gonçalves Nunes e Maria Paula. 19 ago. 1971.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil*: de Getúlio a Castelo (1930-64). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. O que resta da ditadura. São Paulo: Boitempo, 2010.

VICENTINI, Beatriz Helena. *Piracicaba*, 1964: o golpe militar no interior. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2014.

Artigo recebido em: Abril/2019 Artigo aprovado em: Julho/2019

Filipe Botelho Soares Dutra Fernandes (filipebsdf@yahoo.com.br) é Graduando em Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG/RS).

Marcia Naomi Kuniochi (marcink44@yahoo.com.br) é professora da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP).

Quando a Política entra no Cotidiano: a atuação do DOPS em um caso no interior de São Paulo

Resumo. Este artigo apresenta uma ação da ditadura militar que ocorreu longe dos centros urbanos. A morte de Altair Gonçalves Nunes e Maria Paula, em Palmeira d'Oeste, aos 19 dias do mês de agosto de 1971, é um exemplo atípico de ação da ditadura militar que se passou em uma pequena cidade de pouco mais de 15 mil habitantes na região noroeste do Estado de São Paulo. Fugindo de ações ocorridas em São Paulo na semana anterior, o casal procura no isolamento da zona rural um local seguro para se esconder dos agentes da repressão. Com base nos escritos de Philippe Ariés, é feita uma análise sobre a "politização da vida privada", que levou o ser humano para fora de seu âmbito familiar, de modo a tentar entender como a população de Palmeira d'Oeste pode ter visto o que se passou no território da cidade, uma vez que a morte do casal fez com que os moradores se deparassem com acontecimentos políticosociais que são característicos da sociedade moderna. Durante a pesquisa para a elaboração deste trabalho, chegou-se até a ficha do DOPS de Odair Antonio Trindade, identificado como membro do Partido Operário Comunista. A partir daí, foi analisada a história do partido e como seus integrantes divergiam sobre ações de luta armada como as que levaram Altair a Maria Paula a fugir para o interior.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Luta Armada; Politização do Cotidiano; Palmeira d'Oeste; Partido Operário Comunista.

When Politics enters in Everyday Life: the DOPS's performance in a case at Sao Paulo countryside

Abstract. This article presents an action from the military dictatorship that occurred far from the urban downtowns. The death of Altair Gonçalves Nunes and Maria Paula, in Palmeira d'Oeste, on the 19th day of the month of August of 1971, is an atypical example of action of the military dictatorship that occurred in a small city of a bit more than 15 thousand inhabitants at the northwest region of the São Paulo State. Running away from actions that occurred in São Paulo at the past week, the couple look for at the isolation of the countryside area a safe place to hide from de agents of the repression. Based on the writings of Philippe Ariès, it is analyzed the "politicization of the private life", that took the human being outside of its family circle, in a way to try to understand how the population of Palmeira d'Oeste may have seen what occurred at the territory of the city, once the death of the couple made the residents face social-political events that are characteristic from the modern society. During the research for this paper, it was reached the DOPS record of Odair Antonio Trindade, identified as a member of the Communist Worker Party. From here, it was analyzed the history of the party and how its members diverged about the armed struggle actions as those who took Altair and Maria Paula to run to the countryside.

Keywords: Military Dictatorship; Armed Struggle; Politicization of the Private Life; Palmeira d'Oeste; Communist Worker Party.